



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

IDENTIFICANDO TECNOLOGIAS CONSTRUÍDAS COLETIVAMENTE: UMA VIAGEM PELA AUTOETNOGRAFIA NA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE DE INCLUSÃO DA VILA RESIDENCIAL

Vera Lucia Valente de Freitas, NIDES/UFRJ, f8068299@gmail.com

ARTIGO

EIXO TEMÁTICO: 6. Universidade, ensino na engenharia e extensão

RESUMO

RESUMO: O artigo analisa a experiência do Programa de Inclusão Social da Vila Residencial da UFRJ, criado diante da ameaça de remoção das famílias moradoras no início dos anos 2000. O conflito em torno da permanência no território mobilizou estudantes, servidores/as e docentes, resultando em práticas de extensão universitária que articulam ensino, pesquisa e ação comunitária. O objetivo central é refletir sobre esse processo como experiência formadora e como tecnologia social construída coletivamente. Para tanto, adota-se a autoetnografia como metodologia, considerando a trajetória da autora como moradora, servidora e extensionista, em diálogo com a pesquisa-ação e práticas participativas desenvolvidas no Programa. Os resultados evidenciam que a extensão, quando enraizada em demandas concretas, fortalece a universidade como espaço público, contribuindo para a curricularização e para a formação crítica dos sujeitos envolvidos. Conclui-se que a experiência da Vila Residencial afirma a relevância da extensão popular e comunitária, consolidando práticas de resistência e produção de conhecimento situado na UFRJ.

Palavras chaves: Extensão universitária. Autoetnografia. Tecnologia social. Vila Residencial/UFRJ. Pesquisa-ação.



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

I INTRODUÇÃO - CONTEXTO DA PESQUISA

A história da Vila Residencial situada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é marcada por tensões entre a comunidade de moradores e a instituição universitária. No início dos anos 2000, diante da ameaça concreta de remoção das famílias que habitavam o campus da Cidade Universitária, instaurou-se um processo de resistência comunitária em diálogo com estudantes, servidores/as e docentes. Esse conflito revelou um problema central: a necessidade de afirmar o direito à moradia e à permanência no território, ao mesmo tempo em que se abria espaço para repensar o papel da universidade pública na relação com seu entorno.

O enfrentamento dessa ameaça deu origem ao Programa de Inclusão Social da Vila Residencial, experiência de extensão universitária que articulou diferentes saberes na construção coletiva de soluções para problemas locais. O Programa envolveu ações de educação popular, tecnologia social, assessoria jurídica, oficinas de cultura digital, atividades artísticas e rodas de conversa. Mais do que iniciativas pontuais, tratou-se de um processo de formação política e acadêmica que transformou tanto a comunidade da Vila quanto os sujeitos da universidade.

Nesse contexto, a pergunta norteadora que orienta este artigo é: como a experiência do Programa de Inclusão Social da Vila Residencial contribuiu para a construção de práticas extensionistas críticas e para a formação de sujeitos na UFRJ?



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

Assim, o objetivo geral é analisar a experiência do Programa de Inclusão Social como espaço de construção de tecnologias sociais e de afirmação da extensão universitária como prática transformadora. Como objetivos específicos, busca-se:

1. Reconstituir a trajetória histórica do Programa e suas principais ações;
2. Identificar metodologias participativas mobilizadas no processo;
3. Refletir sobre a relação entre extensão, ensino e pesquisa a partir da experiência vivida;
4. Discutir os desafios e as contribuições do Programa para o debate atual sobre curricularização da extensão.

A escolha da autoetnografia como metodologia deste artigo fundamenta-se na posição da autora como moradora da Vila Residencial, servidora da UFRJ e participante ativa das ações extensionistas. Tal perspectiva permite articular memórias individuais e coletivas, ao mesmo tempo em que se dialoga com referenciais teóricos sobre extensão universitária crítica, pesquisa-ação e tecnologias sociais. Diferencia-se, portanto, a metodologia de análise do artigo (autoetnográfica) das metodologias utilizadas no próprio Programa (autogestão, pesquisa-ação, oficinas participativas), ainda que ambas se entrecruzam.

A relevância deste estudo reside no fato de que a experiência da Vila Residencial constitui um marco para a compreensão da extensão universitária na UFRJ. Ela evidencia como a universidade pode se



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

comprometer com demandas concretas da sociedade, superando uma visão assistencialista e assumindo a extensão como produção de conhecimento situado. Nesse sentido, analisar a trajetória do Programa da Vila contribui para fortalecer a concepção de extensão popular e comunitária, em diálogo com os atuais desafios da curricularização, reafirmando a centralidade da extensão na formação acadêmica e cidadã.

METODOLOGIAS E OBJETIVOS

Este artigo adota a **autoetnografia** como metodologia central de análise. A escolha por esse caminho decorre da posição da autora como moradora da Vila Residencial, servidora técnica-administrativa da UFRJ e participante ativa das ações do Programa de Inclusão Social. Essa inserção permite narrar e interpretar a experiência vivida, articulando memórias pessoais, registros institucionais e referências teóricas.

A autoetnografia, conforme Ellis, Adams e Bochner (2011), possibilita compreender fenômenos sociais a partir de uma escrita situada, em que a experiência individual se entrelaça com processos coletivos. Trata-se de uma prática que valoriza a subjetividade do pesquisador como fonte legítima de conhecimento, permitindo conectar vivências particulares a questões sociais mais amplas. No campo da extensão universitária, tal abordagem contribui para evidenciar o papel formativo das práticas comunitárias e os sentidos atribuídos a elas pelos sujeitos que as constroem.

No processo de produção deste trabalho, foram mobilizados três tipos de materiais:



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

1. **Memórias e vivências pessoais** — relatos da autora enquanto moradora e extensionista;
2. **Registros documentais** — atas da Associação de Moradores, relatórios do Programa, matérias jornalísticas, documentos da PR-5/UFRJ;
3. **Referências acadêmicas** — textos sobre extensão universitária crítica, tecnologias sociais, pesquisa-ação e experiências semelhantes em outras universidades.

É importante distinguir, contudo, a metodologia de análise do artigo das metodologias utilizadas no próprio **Programa de Inclusão Social**. Enquanto a pesquisa aqui se ancora na autoetnografia, o Programa mobilizou práticas participativas diversas, entre as quais:

- Pesquisa-ação (Thiollent, 2011), ao articular diagnóstico, intervenção e reflexão coletiva;
- Autogestão comunitária, com a participação ativa da Associação de Moradores da Vila (AMAVILA) na definição de prioridades;
- Educação popular (Freire, 1987), por meio de rodas de conversa, oficinas e atividades culturais;
- Tecnologias sociais (Dagnino, 2014), como a criação de cartilhas e laboratórios comunitários.

Dessa forma, a autoetnografia, como caminho metodológico do artigo, permite analisar e ressignificar tais experiências, destacando seus sentidos



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

e impactos na universidade e na comunidade. Ela funciona, portanto, como um dispositivo de leitura crítica das práticas do Programa, ao mesmo tempo em que preserva a dimensão testemunhal e afetiva da trajetória da autora.

Por fim, cabe mencionar que este trabalho se aproxima também do que Oscar Jara (2006) denomina sistematização de experiências, isto é, a reconstrução crítica de um processo vivido, buscando extrair aprendizagens que possam orientar outras práticas. A articulação entre autoetnografia e sistematização amplia o alcance da análise, permitindo tanto a valorização da experiência subjetiva quanto sua inscrição no debate mais amplo sobre a extensão universitária na UFRJ.

2.1 A EXTENSÃO NO BRASIL

No Brasil, o conceito de extensão universitária começou a se estruturar entre 1930 e 1940, no começo era voltada para atividades culturais e educacionais, sofreu uma interrupção forçada durante o regime militar (1964-1985), devido a repressão, sobretudo inconvenientes para aquele estado repressivo.

Com a redemocratização, a extensão foi ressignificada, integrando o tripé universitário de “ensino, pesquisa e extensão” definido pela Constituição de 1988.(Fraga, 2017).

Para Anísio Teixeira (1968) a educação deveria promover educação integral, com desenvolvimento completo do indivíduo, preparando-o para a vida em sociedade.



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

"E, quanto à universidade, mantém-se estritamente na ideia de uma universidade utilitária de preparo profissional, sem cuidar daqueles outros aspectos da cultura. Era como se se confirmasse o Conselheiro A. de Almeida Oliveira, naquele Congresso de 1882: "Nós não podemos ter universidade, porque não temos cultura para tal. A universidade é a expressão de uma cultura do passado, e nós vamos ter uma cultura do futuro que já não precisa mais dela". Esta é uma observação de certa lucidez. Não digo que esteja certa ou errada. Mas havia no Brasil, na classe governante brasileira, uma ideia de que a sociedade que se estava construindo ia ser uma sociedade utilitária, uma sociedade de serviços úteis, uma sociedade de trabalho e, como tal, não ganharia muito em receber os ornamentos e as riquezas da velha educação universitária. E a resistência se mantém. Vem a República, e esta também não cria a universidade. Somente em 1920, a República dá o nome de universidade à quatro escolas superiores que havia no Rio de Janeiro. Mas essa Universidade somente em 1937 veio a ser realmente implantada. Em 1934, foi criada a primeira universidade em São Paulo e, em 1935, uma no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, que logo depois veio a ser extinta. O Brasil conservava a posição de defender uma educação superior de tipo utilitário e restrito às profissões. Nestas ligeiras observações históricas já se patenteia a resistência à ideia de universidade. Quando afinal acaba por se constituir por ocasião do centenário, não passa de uma federação de escolas profissionais superiores" (RIBEIRO, 1995, p. 110).

Anísio Teixeira foi um dos pioneiros na defesa da educação pública e da função social da universidade, propondo que ela fosse um espaço de integração entre conhecimento acadêmico e demandas sociais.

O jurista brasileiro confiava que a universidade deveria integrar a indissociabilidade entre as três dimensões ensino, pesquisa e extensão, garantindo uma formação acadêmica atrelada às necessidades sociais, preparando-o para a vida em sociedade.

Teixeira defendia que a educação deveria ser pública, gratuita e laica, aberta a todos os cidadãos, sendo comprometida com a transformação



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

social, atuando diretamente nas comunidades e contribuindo para o desenvolvimento do país.

2.2 A EXTENSÃO PÓS ANÍSIO TEIXEIRA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

A extensão universitária, para Fraga (2017), deveria ser entendida como uma via de mão dupla, de um lado a universidade não apenas transmite conhecimento, mas aprende com as comunidades com as quais interage.

Perspectiva essa que dialoga com a pedagogia de Paulo Freire, enfatizando práticas educativas libertadoras, dialógicas e transformadoras. A extensão é muito mais do que atuação, faz-se necessário pensá-la como troca de conhecimentos estruturados ou não.

A ideia de que a academia apenas produz e transmite conhecimento já foi superada, pois há muito conhecimento não estruturado na sociedade, por mais simples e desprovida que ela seja.

A extensão desempenha um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. A universidade tem a responsabilidade social de transcender os limites acadêmicos e contribuir efetivamente para o desenvolvimento dos territórios vulneráveis. A extensão emerge como um canal essencial entre a teoria e a prática, promovendo intervenções construídas coletivamente, partindo do princípio da participação, escuta e troca transformando realidades sociais desafiadoras.

Para Paulo Freire, a extensão universitária é compreendida como um processo dialógico e libertador. Ele defende que a educação deve ser uma



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

prática política que promova a conscientização crítica dos indivíduos sobre sua realidade social (Freire 1968).

A extensão torna-se, nesse cenário, um instrumento para mobilizar comunidades, desvelar desigualdades e promover a transformação das estruturas sociais excludentes. A escuta, a observação e a apropriação dos saberes locais promovem a construção de um conhecimento existente na comunidade.

Nesse sentido, é necessário ver a relação entre universidade, políticas públicas e comunidades como um mecanismo de retroalimentação permanente, onde todos ganham nessa troca.

Thiollent enfatiza a relevância da extensão na democratização do conhecimento. A extensão universitária deve ser participativa, crítica e orientada à resolução de problemas sociais reais, utilizando metodologias como a pesquisa-ação para garantir que o conhecimento produzido seja relevante e impactante para as comunidades envolvidas, segundo autor extensão universitária não deve ser uma via de mão única, na qual a universidade transmite conhecimento à sociedade.

Pelo contrário, ele defende uma relação dialógica, em que a troca de saberes entre universidade e comunidade seja mútua e colaborativa.

Para Dagnino, a extensão desempenha um papel fundamental na construção de novos pactos sociais, articulando universidade e sociedade em torno de projetos que priorizem a inclusão social e o combate às desigualdades. Dagnino parte do princípio de relacionar extensão



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

universitária e participação cidadã, argumentando que a prática extensionista deve estar alinhada com os princípios de democracia e justiça.

O autor diz que a extensão transcende o papel técnico-científico da universidade ao torná-la um espaço de compromisso social, no qual as trocas de saberes colaboram para o desenvolvimento de soluções práticas para problemas sociais complexos. A extensão desempenha um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

A universidade tem a responsabilidade social de transcender os limites acadêmicos e contribuir efetivamente para o desenvolvimento dos territórios vulneráveis. A extensão emerge como um canal essencial entre a teoria e a prática, promovendo intervenções que buscam coletivamente, partindo do princípio da participação, escuta e troca transformando realidades sociais desafiadoras.

Assim pode-se dizer que a extensão enfrentou e continua enfrentando desafios como a precarização do ensino superior e a necessidade de maior reconhecimento institucional. No entanto, sua relevância permanece, especialmente em tempos de desigualdade social, ao promover uma educação comprometida com a cidadania e a inclusão.

De forma geral, a extensão universitária é um espaço de interseção entre o saber acadêmico e os saberes populares, criando um diálogo que enriquece ambas as partes. Ela se fundamenta na ideia de que a universidade deve não apenas gerar conhecimento, mas também contribuirativamente para a transformação social.



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

2.1 A EXTENSÃO NO BRASIL

No Brasil, o conceito de extensão universitária começou a se consolidar entre, as décadas de 1930 e 1940, inicialmente voltado para atividades de caráter cultural e educacional. Esse processo foi interrompido durante o regime militar (1964-1985), período marcado pela repressão e pelo cerceamento da autonomia universitária, o que impôs limites à prática extensionista.

Com a redemocratização, a extensão passou por um processo de ressignificação, sendo incorporada de forma mais estruturada ao tripé universitário — ensino, pesquisa e extensão — consagrado na Constituição Federal de 1988 (FRAGA, 2017). Essa mudança reforçou o papel da universidade como instituição socialmente comprometida.

Anísio Teixeira (1968), um dos principais defensores da educação pública no Brasil, já apontava a necessidade de uma formação integral, voltada ao desenvolvimento completo do indivíduo e à sua preparação para a vida em sociedade. Para ele, a universidade deveria ser espaço de integração entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Ao recuperar a crítica histórica de Darcy Ribeiro (1995), observa-se que a universidade brasileira foi, por muito tempo, concebida de forma utilitarista, voltada quase exclusivamente para a formação profissional. Essa visão, enraizada desde o Império e prolongada na Primeira República, retardou a constituição de uma universidade comprometida com a cultura, a



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

ciência e a função social do conhecimento. Foi somente ao longo do século XX que a universidade brasileira começou a afirmar-se como espaço de produção crítica, ainda que de maneira desigual e conflituosa.

Teixeira defendia que a educação deveria ser pública, gratuita, laica e aberta a todos os cidadãos, vinculando a universidade à transformação social. Nesse sentido, a extensão universitária não seria apenas uma atividade complementar, mas sim uma dimensão fundamental para aproximar a universidade das comunidades, fortalecendo sua função social e democrática.

2.2 A EXTENSÃO PÓS ANÍSIO TEIXEIRA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

A extensão universitária, segundo Fraga (2017), deve ser entendida como uma via de mão dupla, em que a universidade não apenas transmite conhecimento, mas também aprende com as comunidades com as quais interage. Essa concepção dialoga diretamente com a pedagogia de Paulo Freire, que enfatiza práticas educativas libertadoras, dialógicas e transformadoras.

Para Freire (1968), a educação é um processo político que promove a conscientização crítica e a emancipação dos sujeitos. Aplicada à extensão, essa perspectiva rompe com a visão assistencialista e hierárquica, reconhecendo que os saberes populares também são fontes legítimas de



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

conhecimento. A escuta, o diálogo e a valorização das experiências locais tornam-se, assim, centrais na produção de soluções coletivas.

Thiollent (2011) reforça esse entendimento ao destacar que a extensão universitária deve **ser** participativa, crítica e orientada à resolução de problemas sociais reais. A pesquisa-ação aparece como metodologia privilegiada para garantir a relevância do conhecimento produzido, assegurando que ele esteja ancorado nas necessidades concretas das comunidades.

De forma complementar, Dagnino (2014) argumenta que a extensão tem papel estratégico na construção de novos pactos sociais, aproximando universidade e sociedade em torno de práticas voltadas à inclusão social e à justiça. Para o autor, a universidade não deve limitar-se ao papel técnico-científico, mas assumir-se como espaço de compromisso social, contribuindo para o desenvolvimento de soluções inovadoras e democráticas para problemas complexos.

Apesar dos avanços, a extensão ainda enfrenta desafios, como a precarização do ensino superior e a necessidade de maior reconhecimento institucional. Contudo, sua relevância permanece evidente, sobretudo em tempos de aprofundamento das desigualdades sociais. Ao articular saber acadêmico e saber popular, a extensão se configura como espaço de interseção e construção de cidadania, afirmando a universidade como agente de transformação social.



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

3.1 ARTICULAÇÕES COM OUTRAS COMUNIDADES E COM O PODER PÚBLICO

Ao longo de sua trajetória, o Programa da Vila estabeleceu articulações políticas com lideranças de outras comunidades em situação semelhante, como Tubiacanga, Colônia Z-10, Jardim Botânico e Vila Autódromo. Assim como a Vila, essas comunidades foram frequentemente rotuladas como invasoras e tiveram sua memória social deslegitimada. A experiência revela proximidades com processos descritos por Marx, referentes às vilas operárias dissolvidas após o fechamento de fábricas ou o término de grandes obras.

A construção de alianças também contou com o apoio de mandatos parlamentares, intelectuais e professores da UFRJ, entre eles Carlos Minc, Eliomar Coelho, Milton Temer, Sérgio Ricardo, Carlos Lessa, Carlos Tannus, Antônio Cláudio, Selene Maia e Pablo Benetti. Quando assumiu a reitoria da UFRJ em 2002, Carlos Lessa chamou os moradores para dialogar sobre a questão fundiária, reconhecendo o papel da universidade na mediação do conflito. A partir desse momento, a UFRJ passou a atuar como parceira, por meio da extensão universitária, capacitando os moradores para buscar a regularização junto à Gerência do Patrimônio da União.

O Programa também promoveu encontros entre moradores, estudantes, servidores e professores de diferentes unidades acadêmicas da UFRJ, como o Centro de Letras e Artes (CLA), o Centro de Ciências da Saúde (CCS), o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

Tecnologia (CT) e o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Uma das ações centrais foi a realização de um censo comunitário com 56 questões, que permitiu traçar o perfil da população e orientar tanto a execução dos projetos quanto a preparação da documentação necessária para a regularização fundiária.

Essa experiência contribuiu para que os moradores refletissem sobre sua condição habitacional, seu pertencimento ao território e sua situação de vulnerabilidade, fortalecendo a consciência coletiva e a organização comunitária.

3.2 IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS

Em 2006, a relevância do Programa da Vila foi reconhecida pela Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH-RJ), que convidou a UFRJ a replicar suas metodologias em comunidades externas, como Nova Holanda, Guaratiba, Vila Paciência, Jacarezinho, Pavão-Pavãozinho, Acari e Cesarão. O convênio firmado entre a UFRJ e o governo estadual (2006–2008) proporcionou bolsas para estudantes universitários, adolescentes do ensino médio e fundamental, além de docentes que puderam equipar seus laboratórios. Parte dos recursos foi utilizada para reformar a sede da Associação de Moradores e Amigos da Vila (AMAVILA), garantindo melhores condições para a realização dos projetos.



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

O Programa também contou com a parceria do Ministério das Cidades, por meio do Projeto Papel Passado, que visava fortalecer processos de regularização fundiária em todo o país. Essa articulação interdisciplinar e transdisciplinar fez do Programa da Vila um exemplo concreto de integração entre ensino, pesquisa e extensão, com forte impacto social.

Os resultados alcançados mostram que a experiência da Vila extrapolou sua dimensão local, oferecendo aprendizados que podem inspirar outras comunidades em situação semelhante. O Programa demonstrou que a dialogicidade entre universidade, poder público e sociedade civil pode gerar práticas democráticas e inclusivas, fortalecendo a autonomia comunitária e a formulação de políticas públicas orientadas pelas necessidades locais.

Nesse processo, a educação popular desempenhou papel fundamental, promovendo a participação ativa da comunidade na busca de soluções para seus próprios desafios e rompendo com o assistencialismo. A universidade deixou de ser mera transmissora de conhecimento e se consolidou como parceira na construção de alternativas coletivas, em uma lógica de horizontalidade e corresponsabilidade.

4. PROMOÇÃO DA CIDADANIA

A partir da experiência da Vila Residencial, pode-se afirmar que a extensão universitária atua como um importante instrumento de promoção da cidadania. Esse processo envolve a construção da autonomia das



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

comunidades, que passam a reconhecer seus direitos e deveres e a exercer protagonismo na transformação de suas realidades.

Ao articular o conhecimento acadêmico com as demandas locais, a extensão favorece populações vulneráveis no reconhecimento de que podem — e devem — reivindicar direitos civis, sociais e políticos. A informação, a capacitação e a criação de espaços participativos tornam-se caminhos para que os cidadãos se reconheçam como sujeitos ativos em processos decisórios que afetam diretamente suas vidas, como a regularização fundiária, o acesso a serviços públicos e a melhoria da infraestrutura.

Dessa forma, a universidade assume o papel de parceira das comunidades, fortalecendo sua capacidade de organização e de incidência política. Nesse sentido, a cidadania não se restringe ao acesso a direitos, mas se constrói como prática cotidiana de participação, influenciando políticas públicas e contribuindo para a transformação das estruturas sociais

5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar dos avanços, a extensão universitária enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a precarização do ensino superior, a escassez de recursos, a ausência de políticas públicas consistentes e a dificuldade de garantir o reconhecimento institucional da extensão no mesmo patamar do ensino e da pesquisa.



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

Ainda que tenha se expandido em alcance e diversidade de ações, a extensão precisa superar as desigualdades de acesso, especialmente entre populações periféricas e mais vulnerabilizadas. É necessário que os projetos deixem de ser iniciativas pontuais e passem a se constituir como processos estruturais e duradouros, capazes de produzir transformações sociais efetivas.

Nesse sentido, o futuro da extensão universitária depende da sua capacidade de aproximar-se cada vez mais das comunidades, promovendo trocas horizontais de saberes e construindo soluções criativas e sustentáveis, adaptadas às especificidades locais. A universidade precisa se consolidar como espaço de escuta, confiança e engajamento mútuo, mediando articulações entre sociedade e poder público para o fortalecimento de políticas mais inclusivas e eficazes.

Assim, a extensão se afirma como um campo estratégico para que a universidade cumpra seu papel social, promovendo justiça, igualdade e participação cidadã.

6. TECNOLOGIAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE APROPRIAÇÃO

As tecnologias sociais surgem nesse contexto como ferramentas fundamentais para a apropriação comunitária e para a democratização do conhecimento. Mais do que soluções técnicas, elas se constituem como processos coletivos de aprendizagem, experimentação e transformação



**XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular
29 a 31 de outubro de 2025
Campinas - SP, Brasil

social, em que as comunidades não são apenas beneficiárias, mas protagonistas.

No entanto, a implementação dessas tecnologias frequentemente envolve disputas políticas e institucionais, já que sua lógica participativa contrasta com práticas tradicionais de gestão pública. O Programa da Vila exemplifica esse caminho alternativo ao desenvolver projetos em parceria com moradores, técnicos, estudantes e professores, enfrentando tensões e construindo alternativas em um movimento contínuo de resistência e criação.

Exemplos como o LabLata (laboratório de fotografia em pinhole) fotografia com latas de leite, a cartilha de regularização fundiária da Vila Residencial, o laboratório de informática criado a partir de sobras de computadores reciclados, e a cooperativa de reciclagem apoiada pela ITCP/UFRJ, mostram como tecnologias sociais podem potencializar a extensão. O uso de software livre, nesse caso, é emblemático: ele amplia a autonomia dos usuários, permitindo a realização de diversas atividades sem depender de sistemas proprietários, fortalecendo a lógica da partilha e do acesso aberto.

Essas experiências revelam que as tecnologias sociais, quando ancoradas na extensão universitária, podem romper com o assistencialismo e fortalecer práticas emancipatórias. Elas não apenas oferecem soluções técnicas, mas criam condições para que as comunidades se apropriem dos



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

meios de produção de conhecimento, gerando impactos duradouros e estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analisado evidencia que a extensão universitária, quando articulada à educação popular e às tecnologias sociais, constitui-se como um poderoso instrumento de democratização do conhecimento, empoderamento comunitário e transformação social.

As experiências da Vila Residencial demonstram que a universidade pode, efetivamente, romper com a lógica de transmissão vertical de saberes e assumir uma postura dialógica, horizontalizada e colaborativa. Esse processo possibilita que pesquisadores, estudantes, técnicos e moradores construam juntos alternativas para enfrentar desafios sociais complexos, em uma busca comum pela resolução de problemas.

A extensão, nesse sentido, ultrapassa os limites da universidade, tornando-se prática de resistência e de criação coletiva. Mais do que projetos isolados, ela deve ser compreendida como um processo contínuo de diálogo e transformação, capaz de incidir sobre as políticas públicas e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Tony; JONES, Stacy Holman; ELLIS, Carolyn. *Autoethnography: understanding qualitative research*. New York: Oxford University Press, 2015.



XX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construindo uma Engenharia Decolonial para a Soberania Digital
e Popular

29 a 31 de outubro de 2025

Campinas - SP, Brasil

- BENETTI, Pablo César; MAIA, Selene Alves. Programa de Inclusão Social – Vila Residencial. *Revista InterFACES*, v. 12, 2009. Publicado em: 17 fev. 2020.
- BOCHNER, Arthur P.; ELLIS, Carolyn. *Evocative autoethnography: writing lives and telling stories*. New York: Routledge, 2016.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pesquisa participante: o que é, como se faz*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- DENZIN, Norman K. *Interpretive autoethnography*. 2. ed. Los Angeles: SAGE, 2014.
- DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ELLIS, Carolyn. *The Ethnographic I: a methodological novel about autoethnography*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
- FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.forproex.ufrj.br>. Acesso em: jul. 2025.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LARKIN, Brian. Políticas e poéticas da infraestrutura. *Revista Anthropológicas*, v. 31, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/24989>. Acesso em: jul. 2025.
- LIpE/UFRJ – Laboratório Interdisciplinar de Extensão. *Programa de Apropriação da Cultura Digital (2009–2019) e Formação de Educadores Populares*. Atuação na Vila Residencial desde 2018. Dados institucionais.
- MARX, Karl. *O capital: livro 1*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MUDA/UFRJ – Mutirão de Agroecologia da UFRJ. *Tecnologias sociais na Vila Residencial: compostagem e trilhas ecológicas (2015–2016)*. Dados institucionais.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Diretrizes da extensão universitária: interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade*. Rio de Janeiro, [s.d.].